

# CRÍTICA E NARRATIVA: BASES PARA UMA HISTÓRIA MILITAR MODERNA

Carlos Roberto Carvalho Daróz<sup>1</sup>

Delmo de Oliveira Arguelhes<sup>2</sup>

Wagner Alcides de Souza<sup>3</sup>

**Resumo:** Partindo-se das divisões entre formas de historiografia centradas no acontecimento e a moderna reflexão epistemológica historiográfica e entre o pensamento militar e o acadêmico, o objetivo do presente artigo é justamente construir pontes sobre tais barreiras.

**Palavras chave:** história militar; teoria da história; historiografia; epistemologia.

**Abstract:** Starting from the divisions between forms of historiography aimed on the event and the modern historiographical and epistemological reflection and between military thinking and academic, the purpose of this paper is precisely to build bridges over these barriers.

---

<sup>1</sup> Professor de curso de pós-graduação em História Militar da Universidade do Sul de Santa Catarina Mestre em Operações Militares (EsAO). Especialista em História Militar Brasileira (UNIRIO). Coronel do Exército Brasileiro.

<sup>2</sup> Doutor em História das Ideias (UnB, 2008). Pós doutorando em Estudos Estratégicos (INEST, UFF). Professor do programa de Mestrado em Ciência Política da UniEURO (Brasília, DF).

<sup>3</sup> Graduado em História (UERJ, 1992). Especialista em História Militar (UNIRIO, 2002). Chefe da seção de bibliotecas da Biblioteca do Exército. Tenente Coronel do Exército Brasileiro

## **1 Apresentação do problema: o uso da vanguarda historiográfica em benefício da história militar**

O ponto de partida deste artigo é a separação existente entre a historiografia profissional e a história militar. Os praticantes de ambas vertentes se acostumaram a enxergar o outro lado com preconceitos e desconfianças. Até mesmo historiadores acadêmicos podem estudar o tema *guerra*, sem, no entanto, considerar que fazem história militar.<sup>4</sup> Apesar desta divisão, o diálogo entre os dois campos não apenas é possível, como também desejável e necessário. Nosso objetivo é, portanto, construir essa ponte. Fazer com que os avanços teóricos metodológicos epistemológicos da historiografia sejam observados pela história militar, ao mesmo tempo que a história militar seja efetivamente incorporada à historiografia profissional. Se os diálogos entre os diversos campos de saber das humanidades (história, ciência política, sociologia, antropologia, e outros mais) deveria ser usual, ao invés de exceção (BURKE, 2002), tal prática mostra-se mais urgente ainda dentro do campo de saber histórico.

O exemplo da história das relações internacionais demonstra como a falta de diálogos entre vertentes distintas da historiografia é extremamente prejudicial. A linha de pesquisa história das relações internacionais apareceu oficialmente em 1964 na França, com a publicação de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle: *Introduction à l'histoire des relations internationales* (a tradução brasileira foi lançada em 1967). Tal área criticava a antiga História diplomática como limitada, descritiva e acrítica. O novo se estabelece enquanto

---

<sup>4</sup> Este é o caso da proposição da História da Guerra como contraponto à História Militar, expressa em *Sob o céu das valquírias*. O primeiro, contido na área de atuação dos historiadores profissionais, ocupar-se-ia do estudo do fenômeno *guerra* sob os pontos de vista políticos, econômicos, culturais, sociológicos ou antropológicos. O segundo trataria da narrativa das batalhas com fins didáticos. A história militar, ensinada principalmente nas academias militares, centra-se em fornecer modelos de conduta aos futuros comandantes. O fazer e o que não se fazer durante uma campanha militar. Um questionamento comum na história militar, *o que poderia ter acontecido se...*, não tem espaço na historiografia profissional acadêmica (ARGUELHES, 2013: 36). Tal diferença, portanto, reconhecemos agora, existe na ênfase, e não no objeto. Essa era a posição desse autor à época da defesa da tese de doutoramento (2008); a posição atual está expressa neste artigo. Para maior clareza do texto, usaremos *História militar* e não *História da guerra*.

tal ao mostrar-se superior ao antigo. Essa superioridade fica patente na narrativa, quando o antigo é desqualificado. Renouvin e Duroselle propõe novos aspectos a serem abordados nas relações internacionais, incluindo uma visão alargada do mesmo campo. Para além do mero protagonismo das chancelarias, as relações internacionais possuem um alcance muito maior (1967: 05-08).

Apesar da novidade e avanço, Renouvin e Duroselle mostraram-se impermeáveis aos debates teóricos promovidos pela *Escola dos Annales*. Os historiadores dos Annales insurgiram-se contra a *Escola Metódica* francesa, criticando-a por centrar-se exclusivamente na narrativa política, propondo novas abordagens, centrando principalmente no estudo sistemático das estruturas econômicas, sociais e mentais. O *tópos* era justamente 'abaixo o velho, viva o novo'. Os metódicos representavam o antigo a ser combatido. Nos anos 1960 o editor da principal revista dos metódicos – a *Revue Historique* – era justamente Pierre Renouvin. A história das relações internacionais nasceu sob o signo do 'positivismo'. Daí vem a barreira aparentemente intransponível. Aparentemente, pois advém exclusivamente das idiosincrasias dos praticantes.

Essa cisão fica bem clara numa tentativa de Pierre Milza aproximar as duas vertentes, escrevendo sobre mentalidades coletivas e relações internacionais. No início do artigo, Milza pede desculpas ao leitor e afirma que o texto não é uma provocação, mas um estudo sério (1985:93). Tal passagem é reveladora. Trás à superfície as visões pejorativas entre historiadores metódicos e historiadores dos Annales; entre historiadores internacionalistas e historiadores da *História Nova* (a geração posterior dos Annales). Os primeiros são acusados de fazer uma história positivista, *événementielle*.<sup>5</sup> Puramente descritiva, sem análises estruturais. Os segundos são censurados por fazer algo puramente filosófico e especulativo, não científico. Segundo a crítica mais chula e acéfala, a História dos Annales e a História Nova fariam análises *esotéricas*.

---

<sup>5</sup> Derivação do francês *événement*, acontecimento. Indica uma narrativa histórica baseada unicamente na descrição factual. A tradução usual para *histoire événementielle*, história historicizante, não é do nosso agrado, pois acaba por gerar grande confusão conceitual ao misturar a tradição historicista com o assim chamado positivismo. Daí a nossa preferência, por falta de alternativas, pelo uso do termo original.

Por extensão, este é o problema que colocamos aqui. Desejamos construir uma ponte entre a historiografia profissional e a militar, do ponto de vista teórico metodológico. O assim chamado método histórico consiste, *grosso modo*, em imaginar o passado narrativamente, apoiado em fontes primárias, unindo investigação (ciência) e construção textual (arte). O contexto (o historicamente conhecido e/ou aceito sobre uma época) fornece os elementos de inteligibilidade de um documento primário. Contudo, o contexto não é monolítico. Este sempre é movente, reconstruído pelas leituras documentais. Entre texto e contexto estabelece-se uma relação circular e dependente. O contexto também é um texto a ser lido, na medida em que representa uma corrente de pensamento no fluxo diacrônico.

Uma etapa essencial do ofício do historiador é a crítica documental. O acesso do historiador àquilo que aconteceu nas teias sincrônicas e diacrônicas da experiência humana é possibilitado pelo documento, um testemunho. No entanto, não basta transcrever o documento; a crítica ao mesmo é essencial. Marc Bloch afirmou categoricamente: “que a palavra das testemunhas não deve ser obrigatoriamente digna de crédito, os mais ingênuos dos policiais sabem bem” (2002: 89). A historiografia científica dos Oitocentos, notadamente nos escritos de Leopold von Ranke – modelo seguido pelos metódicos e positivistas em geral –, preconizava dois passos para a crítica: externa e interna.

A crítica externa confunde-se com a diplomática, a arte de atribuir autenticidade a um documento. A crítica interna ocupa-se da acuidade do texto. Ranke pensava tal etapa em duas partes: a crítica de sinceridade e a crítica de exatidão. Esta lança a pergunta: o autor do documento conhece o fato relatado? Aquela questiona: ele escreveu a verdade? (PROST, 2008: 59) Johann Gustav Droysen reconhecia a relevância de tais questões, contudo ele afirmava serem esses procedimentos apenas a porta de entrada para uma crítica mais aprofundada. Mais importante do que saber aquilo, é questionar: o que o autor do relato quis dizer? Quais são os sentidos do discurso? (MÜLLER, 2009: 21) Droysen preconizava a crítica hermenêutica das fontes (DROYSEN, 2009: 53-9).

A hermenêutica é o ramo da filosofia que trata da interpretação textual, dos significados das construções narrativas. A necessidade

da hermenêutica nasce do assim chamado fracasso da compreensão. Ao se deparar com textos opacos à inteligibilidade, o leitor se vê obrigado a buscar a compreensão dos mesmos. Uma técnica inicial é o círculo hermenêutico, onde o leitor busca entender as partes do texto confrontando-as com o conjunto, ao mesmo tempo que tenta entender o conjunto em confronto com as partes. Um elemento fundamental a ser levado em consideração no ato do círculo hermenêutico, de acordo com Hans-Georg Gadamer, é o preconceito. Este nada mais é do que o juízo prévio, emitido antes da análise do objeto. “Quem quiser compreender um texto, realiza sempre um projetar” (2003: 356). O preconceito é inescapável, pois todo o acesso do nosso ser à assim chamada realidade é construído através de preconceitos. Gadamer, portanto, propõe que o leitor saiba controlar os próprios preconceitos, já que eles não podem ser obliterados. Este preconceito que se apresenta no contato com o texto, fornece a ideia do conjunto geral, a qual é reconstruída no confronto com as partes do texto. O círculo hermenêutico é formado, portanto. Um círculo virtuoso.

Gadamer pensa a leitura do texto (também podemos reduzir os objetos, no limite, a textos), em termos de fusão de horizontes. Esta fusão congrega o horizonte de entendimento do texto com o horizonte de entendimento do leitor. Estabelecida nestes termos, a fusão de horizontes permite a leitura e interpretação textual de um modo correto. Igualmente importante é o fato que Gadamer não preconizava a descoberta das verdadeiras intenções autorais, de modo singular. Um grande texto sempre permite diversas interpretações. Isto não implica afirmar que qualquer interpretação é válida – caindo assim num relativismo grosseiro –, mas que dentro do possível, várias interpretações são possíveis. A medida da validade interpretativa é o próprio texto, sempre retornando ao mesmo para fazer assertivas autênticas.

O que temos até aqui? Os assim chamados positivistas acreditavam que poderiam expor a história como realmente aconteceu. O método de crítica às fontes proposto, visava justamente eliminar as subjetividades. Assim restaria apenas a verdade. Verdade obtida de um modo científico. Quando Droysen criticou tal posição, afirmando ser mais importante a crítica hermenêutica, anteviu algo que só seria desenvolvido plenamente após as considerações

heideggerianas, em *Ser e tempo*, e a *virada linguística*. Os acontecimentos históricos não são dados objetivos. Os fatos históricos não falam por si só, como verdades unívocas. O acesso do ser ao acontecimento histórico é feito através das narrativas sobre o mesmo. A linguagem, mais do que um meio, é o campo onde desenvolve-se a imaginação histórica. Nesse sentido, os avanços teóricos metodológicos contidos na *história das ideias* e na *história dos conceitos* contribuem de modo positivo à historiografia em geral.

A história das ideias desenvolveu-se principalmente na historiografia de língua inglesa, desde os anos 1930. O primeiro objeto de estudo dessa linha centrava-se nas interpretações dos grandes textos do cânone ocidental. Na atualidade, foram incorporadas também as tradições de leitura e transmissão de ideias. A história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*) foi desenvolvida a partir de 1960 por historiadores alemães. Ocupa-se da polissemia e também das significações semânticas dos conceitos nos eixos sincrônico e diacrônico. Um grande momento para as duas vertentes foi justamente o encontro entre ambas, a partir da publicação em inglês de um dos grandes nomes da *Begriffsgeschichte*, Reinhart Koselleck (1985).<sup>6</sup> Tal encontro foi exemplar em todos os sentidos. Os praticantes de ambas vertentes acolheram e foram acolhidos, ao contrário do que se observa nas humanidades nos últimos duzentos anos. Isso não quer dizer que houve uma unificação e homogeneização dos métodos e técnicas das Ideias e dos Conceitos. Ao contrário, há uma grande diversidade de abordagens; todavia, o debate é conduzido de forma construtiva. Desde 1998, o HPSCG (*History of political and social concepts group*) realiza conferências anuais, congregando, além de historiadores das ideias e dos conceitos, filósofos, cientistas políticos, internacionalistas e outras áreas afins.

---

<sup>6</sup> O original em alemão, *Vergangene Zukunft: Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*, foi lançado em 1979. Em 2006 foi finalmente publicado no Brasil, sob o título *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*.

## 2 Mediando a tradição

A Guerra e a história são fenômenos ligados à humanidade. Dentro dessa perspectiva vemos que dentro do quadro da evolução humana, a necessidade de lutar, inicialmente contra o espaço geográfico, contra os animais que ali existiam, e finalmente contra outros grupamentos humanos que desejavam habitar o mesmo local é algo inerente ao homem, assim como a necessidade de transmitir essa experiência de vida para as outras pessoas. Assim percebemos que, por mais que o homem evolua, nos mais diversos contextos, intelectuais, tecnológicos e materiais, essa necessidade original de lutar e informar aos demais seus feitos, permanecem presentes dentro de todas as sociedades humanas.

Contudo, mesmo que o sentido original permaneça, há uma mudança sutil em um contexto, o da justificação de seus atos. O que significa isso? A de que o homem busca de alguma maneira impor sua vontade a outro dentro de uma lógica de pensar que redunde num sentimento de estar fazendo a coisa certa, perante aos demais homens e, me parece mais importante, perante as divindades que ele acredita. Isso daria a ele ou ao seu grupo um sentimento de uma certa 'paz de espírito' mesmo que seus atos sejam de uma violência extremada.

Essa necessidade de justificação da guerra demonstra essa evolução da maneira de pensar os conflitos humanos e do uso da força pelos povos. Na Grécia a guerra era justa quando o Estado era injuriado (DAWSON, 1999: 117-8) e em Roma deveria se entrar em conflito quando para se reparar uma ofensa, a que se deve seguir uma ação de oficialização do estado de guerra (DAWSON, 1999: 209-12). O Cristianismo impôs novas percepções do fenômeno impondo uma moralidade específica, indicando os motivos para se entrar em guerra, e quem era passível ou não de ser envolvido no conflito (WOODS Jr., 2008).

Dentro desse quadro evolutivo nos aproximaremos a diversos pensadores que influenciados por essa evolução histórica pensaram essa justificativa para as guerras de seu tempo, sendo os mais influentes Maquiavel no século XVI e Clausewitz no século XIX. O primeiro via a necessidade da formação de exércitos nacionais, e da incapacidade de se julgar os atos dos Estados nos conflitos sendo a

vontade do príncipe o fator primordial para a razão da guerra. O segundo escreveu o clássico *Da Guerra*, onde elaborou a máxima tantas vezes repetida de que a guerra é a continuação das relações políticas por outros meios, e, com isso, lançou luzes sobre as razões que levam a um estado entrar em guerra contra outro. Mas ambos estavam envolvidos em uma época de afirmação dos Estados Nacionais dentro do quadro europeu.

Esse período de afirmação dos Estados Nacionais ocasionou o surgimento daquilo que se chamou, então, de moderna pesquisa historiográfica, por meio do prussiano Leopold von Ranke, que priorizou as fontes estatais para a análise documental e o Estado como objeto de estudo. Esta pequena introdução se faz necessária, mesmo sendo bastante superficial, para demonstrar que o estudo da história militar brasileira se faz dentro dessas premissas básicas que vão influenciar o primeiro órgão criado para pensar e apresentar uma história de caráter nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, pois a necessidade de apresentar uma história nacional condizente com a perspectiva política do novo Estado Nacional, elencando os fatos condizentes para tal como bem apresentou Manoel Luís Salgado Guimarães no clássico trabalho sobre o IHGB (GUIMARÃES, 1988), acarretaram, portanto, uma percepção da lógica da guerra como a de um estado, legalmente constituído, contra outro. Temos com isso a necessidade de construir um contraponto entre o Estado Nacional recém surgido contra a sua antítese, de preferência um adversário com um arcabouço legal igualmente constituído, mas com características distintas, como os Estados da antiga América Espanhola. Os índios, em um primeiro momento, são desconsiderados para uma análise de história militar a não ser que estivessem aliados a um igual europeu, como no caso das Franças Antártica e Equinocial, ou da guerra contra os holandeses, valorizando-se pois a ação do estado Português, considerado como elemento de ligação com o ideal de civilização e, dentro dessa visão, tais guerras se justificavam como parte de um processo que no final acarretou o desenvolvimento natural do Brasil e por consequência do povo brasileiro.

Dentro desse quadro pretendemos demonstrar como se deu a evolução da perspectiva de história militar brasileira estudando três casos de livros de história que trazem perspectivas de análises

distintas do maior conflito que o Brasil já participou, A Guerra da Tríplice Aliança. Os textos, todos do século vinte, vão ser apresentados para demonstrar como a *weltanschauung* de cada autor influencia sua perspectiva de análise, a hermenêutica praticada por cada um e gerando com isso uma justificativa da guerra e suas consequências bastante distintas.

A Guerra da Tríplice Aliança traz, já no seu nome, uma questão sobre as mudanças nas perspectivas da análise historiográfica. Inicialmente chamada de Guerra do Paraguai, passou a ter esse nome questionado por se tratar de uma perspectiva errônea visto que a guerra envolveu três países (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai, não o Brasil apenas. Outra questão é da perspectiva da culpabilidade do Paraguai através de seu presidente Solano López, que, em um primeiro momento era ponto pacífico. Contudo, com o passar do tempo, passou a ser chamado de Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, tal nomenclatura trazia uma informação mais correta pois se tratava de uma ação de três Estados Nacionais constituídos contra um, contudo tal nome trazia ainda uma questão embutida, a da culpabilidade da guerra, que passou a ser questionada pois dentro da perspectiva de que os interesses dos estados envolvidos influenciados por diversos fatores internos e externos, retiravam do Paraguai e do seu presidente a culpa exclusiva. Chegamos pois a uma terceira nomenclatura surgida mais recentemente, a da Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai. Ora, tal nome traz uma visão de que o conflito não se deu contra o povo paraguaio, mas contra um governo que, momentaneamente responsável pelo país, acabou por gerar todo o sofrimento a população envolvida no conflito. Temos pois uma visão que busca retirar do povo do Paraguai o ônus da guerra e, com isso culpar Solano Lopez exclusivamente, tais diferentes títulos para o conflito demonstra a evolução da perspectiva de análise que sofre um fenômeno histórico. Voltamos pois para as obras em questão.

A primeira é do General Augusto Tasso Fragoso, *A História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Esta obra é um clássico da historiografia militar brasileira, editada pela primeira vez em 1934, pelo Estado-Maior do Exército e posteriormente Biblioteca do Exército, que já publicou os seus cinco volumes em duas ocasiões (1956-1960 e 2009-2014), se trata de uma obra que tem os seguintes

pressupostos, o de demonstrar a justiça da guerra levada a cabo pelo Brasil em coligação com seus aliados e o de se contrapor aos autores estrangeiros que desconsiderassem as ações dos chefes militares brasileiros. Tasso Fragoso escreveu uma obra dentro dos moldes clássicos de sua época. Influenciado pelo positivismo, dava aos documentos oficiais uma grande importância para se atingir a verdade histórica, além de procurar demonstrar que a culpabilidade de Solano López era total, por sua inépcia diplomática e militar, arrastando pois o país para uma tragédia sem motivo.

Essa perspectiva historiográfica tinha como principal objeto de análise as ações dos Estados Nacionais, suas relações diplomáticas e suas ações militares, tendo, como demonstrou Francisco de Paula Cidade (1959), o autor buscado nos arquivos estatais brasileiros a fonte de seu trabalho, chegando a publicar tais documentos na sua totalidade, utilizando-se de autores estrangeiros para obter informações não disponíveis nos Arquivos do Brasil, mas sempre com uma visão crítica de suas análises. Se trata pois de uma análise tradicional de um pesquisador não profissional da área, que busca a interpretação da história com o objetivo de cumprir dois axiomas básicos, o primeiro do princípio rankeano do tratamento das fontes e o segundo o da antiga tradição que vem dos romanos da justiça da guerra por ter sofrido o país uma injúria, além da tradição cristã de se fazer guerra não ao povo e sim ao exército adversário, ato desrespeitado por Solano Lopez quando da utilização de crianças em combate, por exemplo.

Vamos agora fazer a análise de um outro ponto de vista da história política e militar, com o livro de Júlio José Chiavenatto, jornalista paulista que escreveu o livro *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*. Editado pela primeira vez em São Paulo pela Editora Brasiliense no ano de 1979. O título do livro já demonstra que a perspectiva de análise do autor apresenta que a Guerra do Paraguai era injusta e que o papel do Brasil no episódio era assaz questionável. Escrito em um período de início de abertura política do regime militar brasileiro, o autor conseguiu um enorme sucesso utilizando fontes não nacionais que comprovavam um interesse internacional pela destruição do perigo do sistema que representava Solano Lopez, que se via portanto reabilitado de seu papel de ditador sanguinário. O texto de Chiavenato põe em questão uma análise ideológica da

guerra, utilizando o conflito para atacar o regime militar brasileiro, atacando os líderes militares que nela participaram, Como o regime estava tendo uma grande queda de apoio da população, que aspirava mudanças no campo político, o livro serviu como um contraponto e teve um venda extraordinária, sendo reeditado várias vezes. Essa, na época, nova maneira de interpretar os acontecimentos de um período histórico foi chamada, posteriormente, de revisionismo histórico, pois criava novas condições interpretativas de análise documental, além de buscar novas fontes de apoio, tendo ainda uma perspectiva de análise dentro de uma visão ligada ao materialismo histórico. Na realidade já se buscava na Europa novas linhas interpretativas do fenômeno da história política e militar, mas no Brasil o componente político conduzia fortemente a interpretação histórica. Se temos uma percepção do uso da memória por parte de não historiadores, que se aferram ao uso quase instrumental da história para fins daquilo que Manoel Salgado Guimarães chamou de ritualização memorialística (2009), em contraste ao estudo interpretativo do texto histórico, pode contudo ocorrer o uso ideológico também em um sentido instrumental de discurso político.

Vamos pois ao terceiro livro para análise que é o de Victor Izeckson, *A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército Brasileiro*, editado no Rio de Janeiro pela E-pappers em 2002. Trata-se de uma obra que busca interpretar a Guerra como um aspecto social ou mais precisamente de História Social, dentro de uma nova dinâmica do fenômeno Guerra, buscando entender não os movimentos militares ou as grandes motivações de relações internacionais, mas a instituição Exército através de seu arcabouço institucional organizacional. A esse tipo de interpretação tem se chamado de Nova história Militar, onde as preocupações com o social são o mais importante, tendo uma preocupação quase antropológica de análise. Esse novo método busca por meio de estatísticas bem elaboradas e de documentos pessoais ou por meio de periódicos, avaliar a maneira como se deu o conflito valorizando o máximo da busca da percepção dos elementos envolvidos no combate, um tipo de análise que tem como um dos seus maiores expoentes o inglês John Keegan. Ele apresenta a visão dos combatentes em uma batalha fugindo da percepção da mesma pelos comandantes somente (KEEGAN, 2000).

O ponto de vista de Izeckson trata da percepção da guerra dentro de uma temática da estrutura da instituição em si e das suas relações entre os membros da mesma como a questão da escravidão ou dos militares oriundos de escola em contraponto aos não oriundos. A questão pois de análise se encaixa dentro de uma percepção de um estado nacional que não necessita mais de um contraponto para se afirmar, mas dentro de uma preocupação cada vez maior com a temática social de inclusão de diversos públicos presentes na tessitura social. Esse espírito da época atual acaba por influenciar essa nova busca de interpretação redundando em procura por novas fontes, como o de relatos de combatentes.

Vemos pois que as questões relacionadas a uma causa justa para a realização de uma guerra e quem pode ou não ser atingido por ela foi mudando com o decorrer da evolução humana, mas permaneceram como importantes elementos de análise do fenômeno guerra. O surgimento de pensadores do tema foram sendo influenciados pelas transformações ocorridas nas composições políticas e sociais que ocorreram na Europa, principalmente a criação dos Estados Nacionais, que ocasionaram a necessidade de uma interpretação da guerra como explicativo de cada povo, dentro de um processo de dominação e identidade dos mesmos.

No Brasil esta temática vem sendo influenciada por diversos fatores, mas tendo com pedra fundamental a ação do Estado, objeto de análise e motivador de diversas formas de interpretação do fenômeno. Várias outras obras, autores e períodos históricos bastante significativos deixaram de ser analisados, mas como objetivo desse texto é o de motivar a discussão sobre o tema da Nova História Militar, acreditamos que possamos, pois, iniciar esse debate, de maneira ampla e construtiva.

### **3 Diálogos entre as FFAA e a academia: a ABED**

Mesmo considerando as questões militares e o estudo da guerra como relevantes, a interação entre a academia e as forças armadas (FFAA) vem, de longa data, sendo pautada pela desconfiança e pela dificuldade de diálogo, embora, desde o final do século passado, tal incompreensão vem sendo reduzida. Essa relação plena de contradições tem suas raízes em diversos fatores, embora o posicionamento da história militar, enquanto disciplina acadêmica tenha sofrido alterações significativas ao longo dos anos.

*Sob a influência de Jomini (DE COURVILLE, 1947), que propôs a divisão da história militar em três categorias – história das batalhas, história da arte da guerra e história político-militar – a disciplina floresceu na segunda metade do século XIX com a preocupação de estudar as campanhas militares, as batalhas, as estratégias e as táticas, negligenciando outras vertentes do estudo do fenômeno guerra. Como tal abordagem exigia o domínio de conhecimentos técnico-profissionais militares, a área terminou restrita aos meios militares, o que limitou seu estudo de forma mais abrangente. Nessa perspectiva, a história militar era considerada desinteressante e foi praticamente abandonada pela academia (LÓPEZ, 2001).*

A visão utilitarista da história pelas FFAA também contribuiu para distanciá-las do meio acadêmico, particularmente por sua influência na coleta e seleção de dados a serem utilizados nas pesquisas. Segundo essa visão pragmática, a história militar é utilizada para o treinamento militar e formação de profissionais, na medida em que seus ensinamentos podem substituir a guerra em si, que não pode ser simulada ou reproduzida para tal finalidade. Samuel Huntington destaca essa visão prática da história aos olhos dos militares:

Na visão militar, o homem só aprende pela experiência. Se tem pouca oportunidade de aprender pela própria experiência terá então de aprender pela experiência dos outros. Daí o gosto do militar pelo estudo da História. Pois a História é, na frase de Liddel Hart, "a experiência universal", e a História Militar, como disse Moltke, "é o meio mais eficaz de ensinar guerra em tempo de paz". [...] Mas a História só tem valor para o militar quando é aproveitada para desenvolver princípios capazes de futura aplicação (1996: 82).

Um viés dessa visão utilitarista da história militar ainda mais criticada pela academia é sua utilização como elemento de doutrinação para seus quadros mais jovens, particularmente aqueles que ingressam nas FFAA. Finalmente, o controle das FFAA sobre os arquivos militares também contribuiu, em menor grau, para o distanciamento entre as duas instituições.

Em sentido oposto, mas igualmente prejudicial para a relação FFAA-academia, está a suspeição lançada sobre os poucos historiadores acadêmicos pelos militares e por seus pares, quando incursionavam no território do estudo da guerra. De acordo com Gordon Craig (1986: 352) enquanto os primeiros nutriam um natural desprezo do profissional pelo 'amador', muitos acadêmicos consideravam a guerra como uma alienação do processo histórico e rotulavam seu estudo como indecente e imoral.

Esse cenário começou a se modificar no período após a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), quando a história política perdeu sua importância, por ser classificada como tradicional, e emergiram com bastante força a história econômica e social, como consequência dos debates teóricos promovidos pela *Escola dos Annales*. Naturalmente, a história militar foi fortemente impactada pela nova tendência, ocorrendo um afastamento do estudo das batalhas e uma maior importância para os aspectos econômico e social do fenômeno guerra. A 'nova' forma de fazer história privilegiou a interdisciplinaridade e a diversificação das fontes e afetou profundamente as pesquisas em história militar, tanto na academia como no meio militar, particularmente nos países onde ela é produzida de maneira mais sistemática (PARET, 1993: 215-7).

O interesse da academia sobre o estudo da história militar também sofreu variações em função do contexto local. Nos países da Europa, onde a formação das nacionalidades deu-se por meio de guerras e a história geral confunde-se, sob muitos aspectos, com a história militar, o desenvolvimento da disciplina foi mais amplo. O mesmo ocorreu com os Estados Unidos, onde as pesquisas acerca da Guerra de Independência, da Guerra de Secessão e da 2ª Guerra Mundial, refletem as marcas deixadas por esses conflitos na sociedade norte-americana e, conseqüentemente, em suas universidades.

No Brasil, em sentido contrário, a história militar não despertou na academia o mesmo interesse do que ocorreu em outros países. Apesar de o Brasil ter participado do maior conflito da América do Sul, a Guerra do Paraguai, a relativamente limitada participação brasileira em conflitos externos (1ª e 2ª Guerras Mundiais), associada ao envolvimento político das FFAA no país, relegaram a história militar a um papel secundário no meio acadêmico nacional. Por essa razão, a temática envolvendo militares e política, não essencialmente história militar, predominou na academia nos anos que se seguiram ao movimento de 1964, procurando compreender o comportamento

político dos militares. Nessa perspectiva, os trabalhos abordavam, em geral, o processo de socialização dos oficiais, as origens de classe, controle civil sobre os militares, a atuação das FFAA nas crises institucionais, dentre outros temas afins, verdadeira 'história social' das FFAA (CASTRO, 2004: 16-7).

Com o encerramento dos governos militares (1964-1985), intensificou-se um movimento de aproximação entre as FFAA e a academia, no que diz respeito ao estudo da história militar. A partir do final da década de 1990, a disciplina começou a surgir na academia com novas perspectivas de análise. Temas anteriormente proscritos no meio acadêmico, como o estudo da atuação da Força Expedicionária Brasileira na Itália, por exemplo, ganharam novas pesquisas.

No início do século atual, a interação entre as FFAA e a academia deu um salto significativo, com a criação dos dois primeiros cursos de pós-graduação lato sensu de especialização em história militar, por meio parceria entre as universidades, o Departamento de Educação e Cultura do Exército e o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Com efeito, começaram a funcionar os cursos de história militar da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, de caráter presencial, e da Universidade do Sul de Santa Catarina, na modalidade ensino a distância, ambos ainda em funcionamento e com maioria de discentes de origem civil. Paralelamente, surgiram núcleos e grupos de pesquisa científicos, como o Grupo de Estudos em História Militar da Universidade Federal Fluminense e a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED).

A ABED surgiu em 27 de outubro de 2005, como uma resposta à demanda no país sobre estudos nas áreas de estratégia e defesa nacional. Formada por pesquisadores e estudiosos filiados à diversos campos do conhecimento e pertencentes a importantes e variadas instituições de pesquisa e ensino em todo o país, a associação promove encontros nacionais, regionais e estaduais, onde são divulgadas, dentre outras, pesquisas no campo da história militar. Em seus dez anos de existência, a ABED vem fomentando a interação e o diálogo entre as universidades e as FFAA e divulgando os trabalhos de história militar, por meio de sua Revista Brasileira de Estudos de Defesa e dos anais dos encontros realizados anualmente. Centenas de pesquisas já foram realizadas e produzidas, nas mais variadas temáticas, como as duas guerras mundiais, Força expedicionária Brasileira, Guerra do Paraguai, história do poder aéreo e do poder marítimo, Guerra das Malvinas/Falklands, dentre outros.

## 4 Considerações finais

Embora persistam óbices no diálogo entre as FFAA e a academia no Brasil, percebe-se um movimento no sentido de aproximar ambas as instituições. Há, no entanto, um longo caminho a ser percorrido, especialmente a pavimentação de um diálogo que permita superar os preconceitos e as diferenças de cunho ideológico, em uma relação na qual todos se beneficiarão. Os militares levam a compreensão da especificidade do pensamento e da psique dos combatentes, enquanto os acadêmicos contribuem com sua metodologia e capacidade de problematização. A interação entre ambos os segmentos torna possível o estudo de quaisquer manifestações do poder militar, a partir de novas e variadas perspectivas da história (SANCHES, 2010: 13).

Nosso artigo propõe, portanto, fusões de horizontes. O horizonte de entendimento militar e o acadêmico. O horizonte de entendimento de narrativas eminentemente político nacionais com o horizonte da crítica textual inspirada por mais de um século de virada linguística. Pesquisas no campo da historiografia militar entremeadas pela tradição dos textos clássicos com reflexão epistemológica acerca da análise do objeto.

## Bibliografia

ARGUELHES, Delmo de Oliveira. (2013) *Sob o céu das valquírias: as concepções de heroísmo e honra dos pilotos de caça na Grande Guerra (1914-18)*. Curitiba: CRV.

BLOCH, Marc. (2002) *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar.

BURKE, Peter. (2002) *História e teoria social*. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Unesp.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). (2004) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

CIDADE, Francisco de Paula (1959). *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Faria.

CLAUSEWITZ, Carl von. (2010) *Da guerra*. 3ª edição. Tradução de Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins Fontes.

CRAIG, Gordon A. (1986) Delbrück: The Military Historian. In: *Makers of Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age*. Princeton: Princeton University Press.

DAWSON, Doyne. (1999) *As Origens da Guerra no Ocidente: Militarismo e Moralidade no Mundo Antigo*. Tradução de José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

DE COURVILLE, Xavier. (1944) *Jomini ou o adivinho de Napoleão*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar.

DROYSEN, Johann Gustav. (2009) *Manual de teoria da história*. Tradução de Julio Bentivoglio e Sara Baldus. Petrópolis: Vozes.

GADAMER, Hans-Georg. (2003) *Verdade e método I – traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Tradução de Flávio Paulo Meurer. 5ª edição. Petrópolis / Bragança Paulista: Vozes / Universidade São Francisco.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. (1988) Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vértice (1), pp. 5-27.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. (2009) Escrita da História e Ensino da História: Tensões e Paradoxos. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos;

MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca (Org). *A Escrita da História Escolar: Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 35-50.

HUNTINGTON, Samuel. (1996) *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Tradução de José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Bibliex.

KEEGAN, John. (2000) *A face da batalha*. Tradução de Luiz Paulo Macedo Carvalho. Rio de Janeiro: Bibliex.

KOSELLECK, Reinhart. (1985) *Futures past: on the semantics of historical time*. Translated by Keith Tribe. Cambridge: MIT Press.

LUVAAS, Jay. (1981) A história militar – o ponto de vista de um historiador clássico. In: WEIGLEY, Russel F. (org). *Novas dimensões da história militar*. Tradução do General Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Bibliex, pp. 37-55.

LÓPEZ, Antonio Espino. (2001) La Renovación de la historia de las batallas. In: *Revista de Historia Militar*, n.91, Disponível em <http://www.ejercito.mde.es/ihycm/revista/91/espino.html>. Acesso em 20 dez. 2015.

MILZA, Pierre. (1985) Mentalités collectives et relations internationales. *Relations Internationales – vingt ans d’histoire des relations internationales* 1. Nº 41 – printemps, pp. 93-109.

MÜLLER, Philipp. (2009) Understanding history – hermeneutics and source-criticism in historical scholarship. In: DOBSON, Miriam; ZIEMANN, Benjamin (editors). *Reading primary sources: the interpretation of texts from nineteenth- and twentieth-century history*. London: Routledge, pp. 21-36.

PARET, Peter. (1993) The history of war and the new military history. In: *Understanding war: essays on Clausewitz and the History of military power*. Princeton: Princeton University Press.

PROST, Antoine. (2008) *Doze lições sobre a história*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. (1967) *Introdução à história das relações internacionais*. Tradução de Hélio de Souza. São Paulo: Difel.

SANCHES, Marcos Guimarães. (2010) A guerra: problemas e desafios do campo da história militar brasileira. In: *Revista Brasileira de História Militar*, n.1, abr. 2010. Disponível em <http://www.historiamilitar.com.br/Artigo1RBHM1.pdf>. Acesso em 20 dez. 2015.

WOODS Jr., Thomas E. (2008) *Como a Igreja Católica Construiu a Civilização Ocidental*. Tradução de Élcio Carillo. São Paulo: Quadrante.

.